



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



RMF
Nº 70034967208
2010/CÍVEL

AÇÃO DIRETA DE
INCONSTITUCIONALIDADE

DE

ÓRGÃO ESPECIAL

Nº 70034967208

COMARCA DE PORTO ALEGRE

MESA DIRETORA DA CAMARA
MUNICIPAL DE VEREADORES DE
CARAZINHO

PROPONENTE

PREFEITO MUNICIPAL DE
CARAZINHO

REQUERIDO

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

INTERESSADO

DECISÃO

Vistos.

Estou em conceder a liminar postulada.

O Supremo Tribunal Federal fixou jurisprudência no sentido de que não *"há direito adquirido a regime jurídico-funcional pertinente à composição dos vencimentos ou à permanência do regime legal de reajuste de vantagem, desde que eventual modificação introduzida por ato legislativo superveniente preserve o montante global da remuneração, não acarretando decesso de caráter pecuniário. Precedentes."* (RE 593.304-AgR, Rel. Min. Eros Grau, julgamento em 29-9-09, 2ª Turma, DJE de 23-10-09)".

No mesmo sentido: RE 469.834-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 30-6-09, 1ª Turma, DJE de 21-8-09; AI 609.997-AgR, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 10-2-09, 2ª Turma, DJE de 13-3-09; AI 679.120-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 4-12-07, DJE de 1º-2-08; RE 403.922-AgR, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 30-8-05, 2ª Turma, DJE de 30-9-05.



RMF
Nº 70034967208
2010/CÍVEL

No caso, o Município de Carazinho empreendeu modificação legislativa com o intuito de reestruturação de seus quadros de carreira e, nesta alteração, houve diminuição do valor dos vencimentos do cargo de Professor nível 1.

A Lei Municipal 7.088/09 dispôs que o cargo de Professor com regime de 20 horas semanais é equivalente à tabela de vencimentos do Padrão 3 do Quadro de Carreiras de Provedimento Efetivo do Município, tabela que prevê remuneração de R\$ 427,93 (fl. 17), ao passo que a legislação anterior - artigo 10 Lei Municipal 5.242/1998 (redação conferida pela Lei 5.307/99) - previa remuneração de R\$ 492,09 para o cargo de professor nível 1 (fls. 28 e 29).

Embora o Supremo Tribunal Federal tenha assentado inexistir direito adquirido a regime jurídico, também entende que, considerando o disposto no artigo 37, XV, da Constituição Federal, há proteção à irredutibilidade nominal da remuneração do servidor.

Nessas condições, consoante os elementos probatórios contidos nos autos nesse momento processual, há aparente ofensa aos artigos 37, VX, da Constituição Federal, bem assim ao artigo 29 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

Com tais aportes, estou em deferir a liminar postulada para suspender a aplicação do artigo 9º da Lei Municipal nº. 7.088/09, no que tange ao quadro do Magistério Municipal, nível 01.

Notifique-se o Sr. Prefeito do Município do Carazinho para que preste informações, no prazo legal.

Cite-se, na pessoa do Dr. Procurador-Geral do Estado.

Após, ao Ministério Público.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



34
28

RMF
Nº 70034967208
2010/CÍVEL

Porto Alegre, 04 de março de 2010

DES. ROQUE MIGUEL FANK,
Relator.